



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 3.341, DE 2024 **(Da Sra. Julia Zanatta)**

Proíbe a extinção do papel moeda em substituição à moeda digital.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-4068/2020.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

PROJETO DE LEI Nº, DE 2024.

(Da Sra. Júlia Zanatta)

Proíbe a extinção do papel moeda em substituição à moeda digital.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a proibição da extinção do papel moeda em substituição à moeda digital no território nacional.

Art. 2º Fica proibida a extinção da circulação do papel moeda, não podendo ser substituída exclusivamente por moeda digital.

Art. 3º O Banco Central do Brasil deverá garantir a disponibilidade e acessibilidade do papel moeda a todos os operadores do Sistema Financeiro Nacional que queiram operar com papel moeda, independentemente da implementação de novas tecnologias financeiras.

Parágrafo único. A eventual moeda digital emitida pelo Banco Central do Brasil não terá curso forçado a nenhum operador do Sistema Financeiro Nacional ou consumidor final, que terão a liberdade de escolha sobre os meios de pagamento a serem utilizados.

Art. 4º A custódia da moeda digital emitida pelo Banco Central do Brasil será exclusiva das instituições financeiras autorizadas a operar.

Parágrafo único. O Banco Central do Brasil não deverá ter acesso a transações, saldos, balanços e demais informações de contas privadas, exceto conforme a legislação vigente aplicável às transações em moeda convencional.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

Art. 5º Qualquer alteração na circulação do papel moeda que implique em sua extinção deverá ser submetida à aprovação do Congresso Nacional por maioria absoluta dos votos dos membros de ambas as Casas.

Art. 6º O Banco Central e demais órgãos financeiros deverão criar mecanismos de auditoria e transparência que permitam a verificação pública do cumprimento das disposições desta lei.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A proposta de substituição do papel moeda pelo Real Digital, ainda que moderna e potencialmente benéfica para a eficiência econômica, levanta graves preocupações sobre a liberdade e privacidade financeira dos cidadãos. Este projeto de lei visa estabelecer freios e contrapesos essenciais para evitar a imposição de um sistema financeiro exclusivamente digital, que pode ser usado como ferramenta de controle e supressão de liberdades individuais pelo governo.

Importância do Papel Moeda:

O papel moeda é a forma física de dinheiro que permite a troca direta e voluntária de bens e serviços entre indivíduos. Ele é essencial para garantir a liberdade econômica, pois oferece um meio de pagamento acessível e confiável para todas as camadas da sociedade, incluindo aquelas que não têm acesso à tecnologia digital. O dinheiro físico é necessário para a realização de transações diárias, especialmente em regiões rurais e entre populações de baixa renda, que dependem dele para sua subsistência.

Preocupações com a Liberdade e a Privacidade:

O Real Digital permite um monitoramento extensivo das transações financeiras dos cidadãos, possibilitando ao governo um nível de controle sem precedentes sobre a vida financeira de cada indivíduo. Isso





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

poderia levar ao "cancelamento financeiro" de opositores políticos e críticos do governo, bloqueando suas contas e limitando seu acesso a recursos essenciais. A implementação compulsória e a falta de clareza sobre a segurança do sistema digital aumentam esses riscos.

Riscos de Exclusão Financeira:

A proposta de eliminação do papel moeda pode excluir parcelas significativas da população que não possuem acesso à tecnologia digital, agravando a desigualdade social e financeira. Sem papel moeda, pessoas em regiões rurais e de baixa renda, que dependem do dinheiro físico, seriam severamente prejudicadas.

Segurança e Confiabilidade:

A transição para uma moeda digital apresenta desafios significativos em termos de segurança cibernética. O risco de fraudes e ataques digitais pode comprometer a integridade do sistema financeiro e a segurança das transações dos cidadãos. A vulnerabilidade a hackers e a possíveis falhas sistêmicas são preocupações substanciais que precisam ser abordadas antes de qualquer mudança significativa no sistema financeiro.

Autonomia e Controle Financeiro:

A eliminação do papel moeda transferiria o controle financeiro dos cidadãos para o governo e instituições financeiras digitais, restringindo a autonomia individual sobre o uso de seus próprios recursos. Esse movimento é visto como uma tentativa de impor um regime totalitário digital rastreável, suprimindo a liberdade financeira em troca de um controle centralizado mais rígido. A capacidade do governo de bloquear contas de opositores políticos e críticos, bem como a censura financeira, são ameaças reais e imediatas à democracia e às liberdades civis.

Outro ponto relevante é que a eventual introdução de uma moeda digital pelo Banco Central do Brasil não deve ser imposta como curso forçado. É necessário garantir que tanto operadores do Sistema Financeiro Nacional quanto os consumidores finais tenham a liberdade de escolha sobre





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete da Deputada **JÚLIA ZANATTA** – PL/SC

os meios de pagamento a serem utilizados, respeitando suas preferências e necessidades.

Adicionalmente, a custódia da moeda digital deverá ser exclusiva das instituições financeiras autorizadas a operar, garantindo a privacidade dos dados dos consumidores. O Banco Central não deverá ter acesso direto a informações de transações, saldos e balanços de contas privadas, devendo tais informações ser informadas conforme a legislação vigente aplicável às transações em moeda convencional. Isso assegura que a privacidade dos consumidores seja respeitada e que o uso de moeda digital não comprometa a segurança das informações financeiras.

Iniciativas Legislativas Perigosas:

Projetos de lei, incluindo propostas do Partido dos Trabalhadores (PT), buscam eliminar o papel moeda e impor transações exclusivamente digitais. Essas propostas, se aprovadas, poderiam ser usadas para aumentar o controle governamental sobre os cidadãos e limitar severamente a liberdade econômica e a privacidade financeira.

Diante desses pontos, é crucial que o Brasil mantenha o papel moeda como uma forma de proteger a liberdade e a privacidade financeira dos seus cidadãos, garantindo que qualquer transição para uma moeda digital ocorra de maneira equilibrada e democrática. Este projeto de lei estabelece as salvaguardas necessárias para garantir que o papel moeda continue a ser uma opção viável e acessível, protegendo os direitos e liberdades fundamentais dos brasileiros.

Sala das Sessões, em

Deputada Federal Júlia Zanatta (PL/SC).

